

Braspérola pára produção. Empresa mantém apenas 50 funcionários para cuidar da área administrativa e da manutenção dos equipamentos e negocia financiamento para reabrir as portas. Ameaça ao Fundap mobiliza políticos e empresários capixabas. Concessionárias terão conta única para pagar bônus.



Gildo Loyola

Temor

O secretário estadual da Fazenda, João Luiz Tovar, teme que se não houver união da classe política e empresarial, talvez não seja possível salvar o Fundap, principalmente porque 'há muita pressão de fora contra o sistema'

Ameaça ao Fundap une empresários e políticos

Liminar obtida pelo Governo paulista pode acabar com o incentivo financeiro do ES

DENISE ZANDONADI
Políticos e empresários do

mas até hoje não teve o seu mérito julgado no STF, o que deverá ocorrer em breve, segundo o secretário da Fazenda.

Como a pressão de outros Estados sempre foi muito forte, no sentido de classificar o Fundap como um incentivo fiscal - o que é contestado pelos capixabas, que o chamam de sistema de financiamento - a unidade do Estado é fundamental pa-

Governo federal para que sejam feitas mudanças na Lei Kandir, que vem penalizando o Estado de forma inaceitável", explicou Tovar.

Outras propostas de alterações no sistema indicam que as empresas devem ter garantia quanto à concessão do investimento, para que o sistema recupere sua credibilidade, acredita Tovar. A melhoria e ampliação

do pelo governador José Ignácio Ferreira para estudar mudanças no Fundap. Este grupo foi criado através do decreto 570-R, de fevereiro deste ano e foi complementado pelo decreto 693-R, de maio. Ele é presidido pelo presidente do Bades, Elmar Bressanelli e já realizou as primeiras reuniões.

Facção

Eliminação de falhas pode salvar o incentivo

Os empresários e entidades que atuam no Fundap devem lutar para tirar do sistema todas as falhas que permitem ataques de adversários. "Se tudo for feito com seriedade não sobram armas para que sejam atacados", destacou o auditor da Receita Federal, José Maria de Moraes Nogueira, que representou a Alfândega do Porto de Vitória, no seminário do Fundap.

"Trabalhar para expurgar do sistema os que o usam em benefício próprio é dever de todos", alertou. Moraes enfatizou que não é papel apenas da Alfândega, mas também do poder público, lutar para afastar do Fundap os infratores. Ele enfatizou que os infratores perceberam no sistema boas condições para se esconder atrás de empresas fundapeanas.

O representante da Alfândega do Porto de Vitória participou do painel sobre a operação padrão do Fundap. Segundo Moraes os benefícios financeiros do Fundap atraem os bons empresários que alavancam negócios e também os maus empresários que estão dispostos a fazer qualquer tipo de negócio.

A Alfândega, ressaltou, "é uma aliada do crescimento do Espírito Santo", ponderando que o órgão busca soluções para os problemas existentes naquilo que lhe compete. Sobre as tentativas de outros Estados de acabar com o sistema, disse considerar natural que os Estados que perdem o ingresso de recursos tentem algo para evitar a sangria de receita. Alertou, no entanto, que os pontos

vulneráveis devem ser eliminados, para evitar o ataque.

Na lei

O presidente da Cisa Trading, Antônio José Louçã Pargana, que apresentou o modelo das operações no sistema Fundap, ressaltou que as empresas fundapeanas são as maiores interessadas "em que os negócios sejam feitos na lei. Elas não podem entrar em irregularidade", advertiu, ao enfatizar que todos que participam das operações precisam cumprir a sua parte.

Pargana disse que, com o funcionamento do Fundap, o grande ganhador é o Governo federal, que abocanha 52% dos tributos. Depois vem as prefeituras que recebem os repasses do ICMS, seguido do Estado que também fica com a sua fatia. O empresário, explicou, fica em quarto lugar, entre os que mais se beneficiam do Fundap.

O Estado do Espírito Santo, destacou Pargana, também é beneficiado pelo Fundap, partindo do ponto de que as empresas que integram o sistema estão trazendo para o Estado cargas que não viriam para cá. Ao explicar todos os passos da operação padrão, disse que o Fundap é uma lei simples, transparente e um sistema inteligente.

Explicou que as empresas fundapeanas podem estar onde desejarem, mas o ICMS pertence ao Estado onde a empresa deu entrada na mercadoria. Na operação da fundapeana, destacou, a mercadoria tem de dar entrada no estoque da empresa, tem que circular e tem que sair.

Liminar obtida pelo Governo paulista pode acabar com o incentivo financeiro do ES

DENISE ZANDONADI

Políticos e empresários do Espírito Santo precisam se unir para pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para que seja julgado o mérito da ação movida pelo Governo de São Paulo, que pede o fim de todos os sistemas de incentivos fiscais em vigor, incluindo o Fundap. Esta foi uma das conclusões do seminário "Fundap 30 anos", realizado ontem pela Rede Gazeta e Sindicato do Comércio de Exportação e Importação do Espírito Santo (Sindiex), no auditório da Rede Gazeta.

"Nós temos receio que, se não houver união da classe política com os empresários, não seja possível salvar o Fundap, principalmente porque há muita pressão de fora contra o sistema", afirmou o secretário estadual da Fazenda, João Luiz Tovar, que participou do último painel que discutiu "O Fundap para um novo cenário". A ação movida pelo Governo de São Paulo obteve liminar em 1993,

mas até hoje não teve o seu mérito julgado no STF, o que deverá ocorrer em breve, segundo o secretário da Fazenda.

Como a pressão de outros Estados sempre foi muito forte, no sentido de classificar o Fundap como um incentivo fiscal - o que é contestado pelos capixabas, que o chamam de sistema de financiamento - a unidade do Estado é fundamental para garantir a sobrevivência do sistema de incentivos.

Mudanças

Além das mudanças na postura, o secretário da Fazenda disse que várias sugestões estão sendo encaminhadas para alterações no funcionamento do Fundap. "Além disso, nós precisamos de pressionar o

Governo federal para que sejam feitas mudanças na Lei Kandir, que vem penalizando o Estado de forma inaceitável", explicou Tovar.

Outras propostas de alterações no sistema indicam que as empresas devem ter garantia quanto à concessão do investimento, para que o sistema recupere sua credibilidade, acredita Tovar. A melhoria e ampliação do aeroporto de Vitória é vital para ampliar o desembarque de cargas no Espírito Santo. A revisão da lista de produtos que podem ser beneficiados com os investimentos do sistema também precisa ser feita para ampliar o leque de atuação.

Todas estas são propostas que devem ser analisadas pelo grupo especial de trabalho cria-

do pelo governador José Ignacio Ferreira para estudar mudanças no Fundap. Este grupo foi criado através do decreto 570-R, de fevereiro deste ano e foi complementado pelo decreto 693-R, de maio. Ele é presidido pelo presidente do Banded, Elmar Bressanelli e já realizou as primeiras reuniões.

Facção

"O sistema Fundap precisa deixar de ser um instrumento na mão de facções políticas do Estado. Caso contrário, sua sobrevivência estará seriamente comprometida e ele correrá o risco de acabar". A afirmação enfática foi feita pelo deputado federal Ricardo Ferraço (PPS), durante o seminário.

Último painel do dia, "O novo cenário do sistema Fundap" também foi o que gerou maior debate e contou, ainda, com a participação do ex-presidente do Banded, Odilon Borges Junior. Ferraço insistiu no fato de que os inimigos do Fundap não estão só fora do Estado mas, principalmente, dentro do Espírito Santo. "A insegurança gerada pelo uso indevido do sistema provocou quase um golpe de morte no Fundap e poderá representar o seu fim se não for revista a sua importância para a nossa economia", garantiu o deputado do PPS.

que o órgão busca soluções para os problemas existentes naquilo que lhe compete. Sobre as tentativas de outros Estados de acabar com os sistema, disse considerar natural que os Estados que perdem o ingresso de recursos tentarem algo para evitar a sangria de receita. Alertou, no entanto, que os pontos

e um sistema inteligente. Explicou que as empresas fundapeanas podem estar onde desejarem, mas o ICMS pertence ao Estado onde a empresa deu entrada na mercadoria. Na operação da fundapeana, destacou, a mercadoria tem de dar entrada no estoque da empresa, tem que circular e tem que sair.



Carlos Alberto da Silva

Missão

O auditor da Receita José Maria Nogueira defende o expurgo dos infratores

SUCESSO

Seminário atrai mais de 300 pessoas

O auditório da Rede Gazeta foi pequeno para acomodar os participantes do seminário Fundap 30 anos, realizado no dia de ontem. Para que o público formado por empresários, profissionais liberais e estudantes pudesse acompanhar as palestras e debates foi necessária a disponibilização de duas salas extras equipadas por teleconferência. Mais de 300 pessoas acompanharam os debates iniciados à 9 horas e encerrados no início da noite. O presidente do Sindiex, Severiano Imperial, ficou surpreso com o número de participantes do evento. Para garantir lugar no auditório, que tem 165 poltronas, várias pessoas já se encontravam no local antes das 8 horas da manhã, mais de 60 minutos antes do início do evento. O auditório e as duas salas ficaram lotadas durante todo o dia.



Gildo Loyola

Evento

O seminário 'Fundap 30 anos' contou com a presença de políticos e empresários

Receita vital para municípios

A receita de ICMS gerada pelo incentivo financeiro Fundap é de fundamental importância na vida dos 78 municípios capixabas, principalmente para aqueles que são menores e com baixo volume de arrecadação própria.

Sem os repasses do Fundap, que nos oito meses do ano totalizaram R\$ 135 milhões, grande parte dos municípios capixabas teria dificuldades em manter em funcionamento os serviços essenciais. Esta foi a conclusão dos participantes do seminário Fundap 30 anos, realizado ontem no auditório da Rede Gazeta.

O prefeito de Vitória, Luiz Paulo Vellozo Lucas, o palestrante do painel sobre a importância do Fundap para as finanças municipais, disse que o sistema "é absoluta-

mente fundamental para a receita dos municípios capixabas". O prefeito de Anchieta, Moacyr Assad Carone, que também debateu o assunto no encontro, enfatizou que o município é o maior beneficiado pelo Fundap, explicando que o sistema responde por 30% a 40% da receita de impostos dos municípios.

Salvar a criança

"Sem essa receita muitos municípios não teriam condições de sobrevivência", enfatizou Carone. Ele sugeriu mudanças no sistema, com definição de percentuais para investimentos na agroindústria e para pequenas empresas. Com estas mudanças, parte da receita do sistema poderia beneficiar ainda mais os municípios, gerando empregos e

renda e reduzindo o exôdo rural, acredita Carone.

Luiz Paulo fez aos presentes um apelo para que o Fundap seja libertado das irregularidades e se fortaleça. "No Espírito Santo e no Fundap tem muita água suja, todos sabemos", disse o prefeito, destacando que "resta-nos saber não jogar fora a criança junto com a água suja".

O prefeito disse ainda que está ao lado "de quem quer salvar a criança e jogar fora toda a água suja". Luiz Paulo fez uma explanação, mostrando a importância da receita do Fundap para os pequenos municípios capixabas, que mais dependem destes recursos.

O Fundap repasse aos municípios 25% de todo o ICMS recolhido pelos importadores. A distribuição se dá pelos

mesmos índices de participação utilizados para repassar o imposto recolhido nas demais operações comerciais.

Comissão

Carone sugeriu a formação de uma comissão tripartite, com a participação do Governo estadual e Assembléia Legislativa, empresas e municípios para propor mudanças no Fundap de forma a distribuir melhor a receita gerada para os municípios.

Ele ressaltou, respondendo a perguntas, que se a receita tributária do Fundap deixar de existir os municípios passarão a viver mais pobres. As políticas públicas, avisou, terão os investimentos reduzidos e muitas cidades não terão condições de realizar obras que beneficiem a população.